

Assembleia de SP autoriza Tarcísio a privatizar a Sabesp



Policial militar bate com cassetete em manifestantes contrários à privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa de São Paulo. Rommy Santos/Folhapress

Deputados dão vitória a Tarcísio e autorizam privatização da Sabesp

Após confronto entre PM e manifestantes, projeto passa por 62 a 1; oposição não participa da votação

Thiago Amâncio e Thiago Bethônico

SÃO PAULO Em sessão marcada por confronto entre manifestantes e a Polícia Militar, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou na noite desta quarta-feira (6) a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo).

Foi uma vitória ampla do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ao todo, 62 de um total de 94 deputados votaram a favor do projeto do governo, mais que a expectativa nos últimos dias do próprio Palácio dos Bandeirantes, que já falava em cerca de 50 nomes. Houve 1 voto não.

A oposição não participou da votação e deixou o plenário em protesto após a confusão com a PM e argumentou questões de saúde, uma vez que o plenário estava com gás de efeito moral.

O texto agora segue para a sanção de Tarcísio. O projeto autoriza o governo a diminuir sua participação na companhia, hoje em 50,3%, mas não define qual será a parcela estatal na companhia.

A gestão Tarcísio afirma que ficará com "algo entre 15% e 30%", mas a definição deve vir

apenas na próxima fase de estudos, em janeiro — portanto ainda é impossível estimar quanto o governo arrecadará com a venda.

Apesar da redução, o texto prevê que o governo manterá uma ação preferencial de natureza especial com poder de veto em algumas decisões do conselho da companhia. Trata-se da "golden share". Esses vetos poderão ser aplicados em deliberações relacionadas ao nome e à sede da empresa; a mudanças no objeto social da companhia que alterem a função de prestação de serviços de saneamento; e a limites ao direito ao voto de acionistas.

Houve tensões desde o começo da sessão, com manifestantes indo de deputados do governo. Em determinado momento da audiência, os manifestantes contrários à privatização entraram em confronto com a PM.

Eles tentaram derrubar um vidro que separa a plateia dos deputados. A PM, que faz a segurança da Alesp, tentou conter. Após minutos de confusão, os policiais agiram com cassetetes e spray de pimenta.

O presidente da Assembleia, André do Prado (PL), precisou suspender a sessão, e a galeria foi esvaziada. Os manifestan-

“**A coragem com que [os deputados] enfrentaram os ataques dos que não têm argumentos ajudará a construir um legado de universalização do saneamento, de despoluição de mananciais, de aumento da disponibilidade hídrica, de saúde para todos. Vocês estão ajudando a construir um novo futuro!**”

Tarcísio de Freitas governador de SP

tes fazem parte de sindicatos como a Apeoesp (Sindicato dos Professores Estaduais) e o Sintaema (sindicato dos trabalhadores do saneamento).

Fotógrafos da Folha e de O Estado de S. Paulo também foram atingidos diretamente por spray da PM. Ao menos um manifestante e um policial saíram do plenário sangrando.

Deputados, muitos deles idosos, deixaram o plenário chorando com os efeitos da reação da PM, que atingiu também jornalistas na galeria de imprensa.

Havia uma deputada grávida, Paula da Bancada Feminista (PSOL), no meio da confusão. O deputado Rafael Silva (PSD), que é cego, foi retirado de cadeira de rodas.

“Nós tomamos uma decisão de que é inadmissível e impossível voltar para o plenário nas condições que temos lá dentro”, disse o deputado Paulo Fiorilo (PT), que citou a situação de Paula da Bancada Feminista e de Mônica Seixas (PSOL), que sofreu um aborto recentemente, além de Eduardo Suplicy (PT), com 82 anos, e Leci Brândão (PCdoB), com 79.

Já a situação crítica que chamou de “barbárie” dos manifestantes. “Não vai ser

nenhum militante criminoso que vai nos impedir de levar saneamento básico a nossa população”, afirmou Guto Zacarias (União Brasil), vice-líder do governo.

Barros Munhoz (PSDB), relator do projeto, disse que a confusão “foi orquestrada, foi planejada” como manobra da oposição para adiar o processo.

As queixas não foram suficientes para desmobilizar a votação. Na sequência, a sessão que aprovou o projeto após a confusão serviu como ato de desgosto à PM, com deputados da base governista elogiando a atuação dos agentes e criticando o comportamento dos manifestantes.

A votação expressiva chamou a atenção porque o governo havia reduzido as expectativas de apoio ao projeto, em meio a dissidências da base e indefinições sobre o posicionamento dos partidos União Brasil e Podemos.

Ao fim, os dois partidos votaram com o governador. A oposição afirma que isso aconteceu após o governo prometer R\$22 milhões na liberação de emendas e pagamentos de indicações, o que partidários de Tarcísio negaram. O governador foi às redes so-

ciais comemorar a aprovação do projeto. “Dia histórico para São Paulo! Parabéns aos bravos parlamentares da Assembleia que aprovaram a privatização da Sabesp”, escreveu no X (antigo Twitter).

“A coragem com que enfrentaram os ataques dos que não têm argumentos ajudará a construir um legado de universalização do saneamento, de despoluição de mananciais, de aumento da disponibilidade hídrica, de saúde para todos. Vocês estão ajudando a construir um novo futuro”, afirmou Tarcísio.

A lei aprovada estabelece que 30% do dinheiro arrecadado com a venda das ações (que ainda não se sabe o valor) será usado para criar um novo fundo, o Fausp, de apoio à universalização do saneamento no estado, que será destinado a “proporcionar melhoria de tarifária”, ou seja, baixar o preço pago pela população pelos serviços de água e esgoto.

Essa redução da tarifa é a principal propaganda do governo para convencer a população da privatização. No entanto, a gestão não divulgou uma estimativa de quanto a tarifa poderá baixar se a empresa for desestatizada, ou se o caso permaneça estatal.

O governo paulista diz que a desestatização da Sabesp permite aumentar os investimentos da companhia em modernização, antecipar a universalização do acesso a água e esgoto de 2033 para 2029 e baratear a tarifa para o consumidor.

Já a oposição diz que a privatização vai afetar os serviços de regiões que hoje não dão lucro, que o barateamento da tarifa dependerá de subsídio do governo e que a empresa pública também tem condições de antecipar a universalização do tratamento.

Outro argumento repetido pela oposição é que a Sabesp é hoje uma empresa superavitária, com gestão considerada eficiente. Só em 2022, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 3,12 bilhões.

Além disso, a maior parte da população seria contrária à venda. Pesquisa Datafolha de abril apontou que 53% dos moradores do estado são contrários à venda da empresa, enquanto 40% são favoráveis.

Aprovado o projeto, os deputados opositores devem continuar acionando a Justiça, tentativas que até agora não deram resultado.

Eles argumentam que a privatização não deveria ter ocorrido por projeto de lei ordinária, mas por proposta de emenda à Constituição do estado, que prevê, na interpretação deles, que a operação do saneamento seja estatal.

A Constituição diz que o estado “assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário”.

Para a base, isso não significa que a operação tem caráter estatal, apenas que as condições precisam ser garantidas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 17